

Volta às aulas deve movimentar R\$ 240 milhões em Mato Grosso

Gilberto Leite



Em nova pesquisa divulgada pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Mato Grosso (Sebrae/MT), pais e responsáveis por estudantes em Mato Grosso movimentarão aproximadamente R\$240 milhões nos pequenos negócios durante o retorno às aulas de 2024. Cerca de 60% dos consumidores planejam comprar no final de janeiro e na semana anterior ao início das aulas. O comércio de rua é a preferência para 89% dos entrevistados, que esperam gastar em média R\$290. A qualidade dos produtos (33%) e o preço (35%) são os principais critérios de compra, enquanto 88% buscam economizar, sendo que 37% planejam pesquisar preços. A pesquisa envolveu 484 pessoas, entrevistadas entre 21 de novembro e 8 de dezembro de 2023

PÁG. 8

Mauro defende leis mais rígidas

O governador Mauro destaca a urgência de mudanças nas leis para combater o crescimento das organizações criminosas em Mato Grosso. Ele expressa preocupação com a ineficácia das medidas

atuais, citando a soltura rápida de criminosos devido a leis consideradas frouxas. Mendes ressalta os desafios enfrentados pelo sistema prisional e os investimentos em segurança pública, mas la-

menta a falta de eficiência na luta contra o crime organizado. Mendes defendeu a necessidade de enfrentar de forma mais eficaz essa nova forma de criminalidade

PÁG. 3

51 golpistas são denunciados

Gilberto Leite



O MP, por meio do Gaeco, denunciou 51 pessoas envolvidas em um esquema de golpe de portabilidade que desviou R\$21,5 milhões de servidores públicos entre 2018 e 2023. Os golpistas utilizavam contas falsas no Mercado Pago, com dados pessoais indevidos e documentos falsificados. A investigação revelou movimentações financeiras significativas, destacando Heitor Rocha Machado, suspeito de movimentar mais de R\$9 milhões. O esquema causou prejuízo de aproximadamente R\$23,5 milhões ao Mercado Pago, que compen-sou as vítimas

PÁG. 6

Procon suspende cobrança da taxa de lixo em Cuiabá após aumento

A cobrança da taxa de lixo em Cuiabá está suspensa por determinação do Serviço de Proteção ao Consumidor (Procon-MT). A suspensão teve como fator determinante o descumprimento, por parte da gestão do prefeito Emanuel Pinheiro (MDB), de artigos

da lei que instituiu a cobrança. O principal deles era a possibilidade, por parte do consumidor, de optar pela cobrança da taxa na fatura dos serviços de fornecimento de água ou de forma separada, o que não ocorreu. Secretária-adjunta de Proteção e Defesa dos

Direitos de Consumidor, Márcia Conceição dos Santos salientou que Águas Cuiabá, concessionária dos serviços de água e esgoto da capital, já está proibida de fazer a cobrança da taxa junto da fatura emitida por ela

PÁG. 6

Não vendemos boias, vendemos segurança para seu pandinha.

Unidade Shopping Estação Cuiabá-MT

EDITORIAL

O futuro se constrói agora

São cada vez menores as chances de a humanidade evitar um desastre planetário decorrente das mudanças climáticas, cujos sintomas já começam a ser sentidos em várias partes do mundo, com secas e chuvas recorrentes. Para muitos, os riscos parecem distantes, como uma distopia cinematográfica, restrito aos fóruns de debates, universidades e organizações não governamentais. Esse ‘negacionismo climático’ é até compreensível, principalmente no Brasil, país tão abençoado com terras férteis e clima favorável para o cultivo,

a terra onde “em se plantando, tudo dá” como já relatava Pero Vaz de Caminha em sua primeira carta a Portugal.

Acontece que assim como o vírus que causou a pandemia de covid-19, as mudanças climáticas se aproximam de nós de forma praticamente imperceptível. E como já sabemos, a natureza se impõe sem piedade. Os efeitos da crise climática estão cada vez mais próximos e tendem a aumentar nos próximos anos, como uma doença que começa com uma pequena dorzinha e logo se torna insustentável. É o que

aponta o relatório mais recente do Painel Intergovernamental sobre o Clima (IPCC), relatório divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Neste novo levantamento, a organização se dedicou a avaliar as vulnerabilidades naturais e socioeconômicas dos países às mudanças climáticas, em uma tentativa de se adiantar aos impactos regionais e traçar medidas para mitigá-los. E o cenário é nada alentador. A previsão geral para o globo é de uma queda na produção de alimentos, um problema e tanto para um mundo cuja população continua crescendo em ritmo acelerado.

Sobre a situação específica do Brasil, o IPCC aponta risco

de queda substancial na produção agrícola, o que tende a aumentar a situação de insegurança alimentar em todo o mundo. Em 2021, uma pesquisa da ONU apontou que 116,8 milhões de brasileiros (cerca de 55% da população) já lidavam com algum grau de insegurança alimentar, não por causa da seca ou das enchentes, mas por falta de dinheiro. As mudanças climáticas tendem a agravar esse problema.

O IPCC aponta ainda que há um risco crescente de uma crise humanitária devido à migração da população da região Nordeste, comumente afetada por eventos climáticos adversos, que devem se tornar cada vez

mais frequentes. Os ‘refugiados do clima’ vão disputar trabalho, moradia e alimentos mais ao sul, aumentando a pressão sobre as terras agricultáveis do país.

Essa é a realidade prevista para o Brasil, se nada for feito para mudá-la. Seguimos como um carro desgovernado em direção ao abismo, mas ainda é possível desviar dessa rota de colisão. Para isso, cada um de nós deve se atentar ao seu papel na construção de um futuro mais sustentável, além de cobrar de nossas autoridades que façam sua parte para garantir que nossos filhos e netos tenham um mundo para viver, como nós vivemos.

Aporofobia é uma realidade

Patricia Punder (*)

O preconceito é uma realidade insidiosa que permeia nossa sociedade. Ele se manifesta de diversas formas, desde discriminação racial e de gênero até intolerâncias relacionadas a idade, aparência física, orientação sexual, classe social, religião e origem étnica.

Mas, afinal, o que é preconceito? Uma manifestação de julgamento prévio e injusto, ou negativo, em relação a indivíduos, ou a grupos, baseado em características intrínsecas, muitas vezes alheias ao caráter ou habilidades.

As raízes do preconceito frequentemente residem em processos históricos, culturais e sociais, a transmissão de ideias discriminatórias ao longo de gerações contribui para a perpetuação dessas intolerâncias. Consequentemente, o preconceito pode ser enraizado em sistemas sociais, perpetuando desigualdades estruturais.

Não é apenas um problema individual, tem ramificações profundas na sociedade, podendo resultar em disparidades econômicas, oportunidades limitadas e, em última

análise, na exclusão de grupos inteiros. A relação entre o preconceito e a violência é multifacetada. O prejulgamento pode alimentar atitudes violentas de diversas maneiras, contribuindo para a criação de um ambiente propício a hostilidade verbal e até física.

Em um período em que a liberdade de expressão é encorajada, as pessoas estão quase “literalmente” vivendo por meio das redes sociais e o mundo seria dos ideais, corpo ideal e riqueza extrema, temos visto um crescente exponencial de aporofobia. Palavra criada pela filósofa espanhola Adela Cortina, que tem como significado “aversão ao pobre”.

A aporofobia é um desafio que requer atenção e ação coletiva, uma vez que o respeito pela dignidade de todos, independentemente de sua situação econômica, é fundamental para que possamos conviver em sociedade.

As redes sociais têm o potencial de gerar a aporofobia de diversas maneiras, muitas das quais estão relacionadas a disseminação de estereótipos, desinformação e criação de bolhas sociais.

A disseminação de estereótipos negativos sobre pessoas em situação de pobreza, nas redes sociais, gera a formação de preconceito. Imagens, memes ou mensagens podem reforçar uma imagem distorcida. Já a comparação social destrutiva existe quando as redes sociais exibem padrões de vidas ideais ou irreais, podendo incentivar a comparação social prejudicial, alimentando ainda mais a discriminação de quem não está dentro dos padrões estabelecidos.

Já Agora as bolhas sociais podem levar a falta de exposições a diferentes realidades, devido aos algoritmos utilizados pelas plataformas digitais onde os usuários são expostos, principalmente, a opiniões semelhantes às suas. Estes algoritmos, geradores destes isolamentos, são os responsáveis pelo aumento de julgamentos e preconceitos.

Temos um problema, social e cultural, gerado principalmente por meio de instrumentos tecnológicos, ou seja, as famosas plataformas digitais. Portanto, precisamos urgentemente de uma regulamentação única que deve ser aplicada a todas as plataformas, para conter situações de preconceito. Não podemos ficar mais nas

mãos dos “moderadores” das plataformas, pois tais serviços não se mostram efetivos. A prova disso é o aumento incessante de post, vídeos e comentários preconceituosos, que vemos todos os dias, de forma incessante.

*PATRICIA PUNDER é advogada e compliance officer com experiência internacional. Professora de Compliance no pós-MBA da USFSCAR e LEC – Legal Ethics and Compliance (SP). Uma das autoras do “Manual de Compliance”, lançado pela LEC em 2019 e Compliance – além do Manual 2020. Com sólida experiência no Brasil e na América Latina, Patricia tem expertise na implementação de Programas de Governança e Compliance, LGPD, ESG, treinamentos; análise estratégica de avaliação e gestão de riscos, gestão na condução de crises de reputação corporativa e investigações envolvendo o DOJ (Department of Justice), SEC (Securities and Exchange Commission), AGU, CADE e TCU (Brasil). www.punder.adv.br



Não é não: agora protocolo

Rosana Leite (*)

Foi sancionada no dia 28 de dezembro último a Lei 14.786/2023, que cria o protocolo “Não é Não”, visando a prevenção ao constrangimento e à violência contra as mulheres.

A norma surge para firmar a garantia e a liberdade para as mulheres, mirando como foco as casas noturnas e boates, locais fechados e shows, onde acontecem consumo de bebidas alcoólicas.

A palavra “proteção”, sem qualquer dúvida, é o foco da legislação, com a finalidade precípua de fiança para que as mulheres possam circular onde bem entenderem, e, dignamente possam se divertir.

Eclodiu no início de 2023 a violência sexual sofrida por uma jovem na Espanha, tendo sido apontado como agressor o jogador de futebol brasileiro Daniel Alves.

Por conta do protocolo espanhol “No Callem”, ou “Não se Calem” em português, os funcionários do estabelecimento espanhol já sabiam como agir, evitando a revitimização da mulher. No caso espanhol as provas foram facilitadas, a jovem vítima amparada, e

com declaração da magistrada atuante nos autos de que existem provas suficientes para a condenação do agressor.

Há que se pensar na dificuldade da junta de provas em casos tais, justamente pelo julgamento da sociedade quanto ao gênero. Primeiro, geralmente, as falas acabam por reduzir as mulheres ao ambiente doméstico, como se elas fossem proibidas de saírem para a diversão, que deve ser de todas as pessoas.

Até mesmo quando uma mulher é assasinada, estando em ambiente de divertimento para todas as pessoas, acaba sendo “julgada” por inúmeras falas.

A sociedade carece de compreensão quanto ao direito máximo e digno de distração para toda e qualquer pessoa. E isso é premente. Todavia, a sensação que fica é a de que as mulheres só podem estar nesses ambientes quando acompanhadas. E esse raciocínio deve mudar o quanto antes, com normas a dizer o evidente, como a citada.

O protocolo brasileiro “Não é Não” define o constrangimento e a violência contra as

mulheres; informa sobre o atendimento a ser prestado a elas; sobre o protagonismo delas; sobre capacitação permanente de pelo menos uma pessoa no estabelecimento para respectivo atendimento; sobre a informação de contatos para que elas possam se valer imediatamente; colaboração para amearhar provas para ações futuras; manutenção dos vestígios do delito; preservação das imagens de câmeras por, pelo menos 30 dias; sobre o selo “Não é Não – Mulheres Seguras”; criação de código próprio a ser divulgado no sanitário, para que elas possam alertar os funcionários do estabelecimento e pedir ajuda; divulgação de campanhas educativas; divulgação pelo poder público dos locais seguros para mulheres.

É de se ressaltar pontos de discordância da citada lei, a meu sentir. A uma, a exclusão peremptória no parágrafo único do artigo 2º, dos locais de cultos e eventos realizados em caráter religioso. E, a duas, a vacatio legis de 6 meses para a entrada em vigor da norma.

Quanto à isenção religiosa, há que se ponderar que o Código Penal Brasileiro pode,

e deve, ser aplicado para qualquer lugar. Assim, em havendo vítimas de crimes contra a dignidade sexual em qualquer lugar que seja, aplicar-se-ão outras normas que fazem parte do arcabouço de normas dos direitos humanos das mulheres no país.

De outro turno, o tempo transcorrerá para que a norma possa ser aplicada efetivamente. Podíamos já contar com essa importante lei durante o período carnavalesco de 2024, mas, certamente, para que se pudessem fazer as adequações pertinentes, o lapso temporal se fez necessário.

Leis e políticas públicas afirmativas entram em vigor para a reeducação da sociedade. Justiça social se encaixa, neste caso, na obviedade, que deve ser dita muitas vezes, para garantia da liberdade feminina.

Que se cumpra, como deve ser!

*ROSANA LEITE ANTUNES DE BARROS é defensora pública estadual e mestra em Sociologia pela UFMT.



Calor como fator de sujeição

Gabriel Coelho (*)

O estado de Mato Grosso amargou com uma seca e estiagem sem precedentes. Por dias consecutivos, em diversas regiões do estado, foram registradas temperaturas que passaram dos 40°C em áreas de repetição, resultando no pior calor concentrado dos últimos 112 anos.

A mídia especializada tem atribuído esta condição climática a uma atípica bolha de calor que se instalou no meio da América do Sul, afastando a possibilidade de chuvas nas regiões afetadas.

Este evento atípico levou 32 municípios a decretarem situação de emergência em razão do baixo volume de água e seca, afetando o agronegócio em Mato Grosso, que é

responsável por cerca de 30% da produção nacional da soja.

Naturalmente que a seca e a estiagem prejudicaram o plantio da safra 23/24, fazendo ruir a produtividade na lavoura em patamares assustadores, com previsão de produção de 10-20 sacas por hectare em diversas regiões, o que é muito grave.

Eventos como este são definidos pelo ordenamento jurídico como casos fortuitos ou de força maior e permitem mitigar absolutamente o cumprimento de obrigações. Não à toa contém previsão expressa no Código Civil, conforme os termos do caput e par. único do art. 393:

“Art. 393. O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força

maior, se expressamente não se houver por eles responsabilizado.

Par. único. O caso fortuito ou de força maior verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não eram possíveis evitar ou impedir”.

Portanto, a lei admite que, em casos imprevisíveis, é possível reavaliar a responsabilidade de cumprimento de determinadas obrigações.

Trazendo a discussão ao âmbito dos casos de Recuperação Judicial, o art. 11 da Lei 8.929 (Lei da CPR – alterada pela Lei nº 14.112 de 2020), também permitiu mitigar as obrigações em casos fortuitos e ou de força maior.

Muito embora a aplicação do referido artigo seja controversa, com posições antagônicas dos Tribunais de Justiça, tanto pela exclusão como pela sujeição de CPR ao concurso de credores da recuperação judicial – corrente esta que parece mais viável, fato é que em um primeiro momento, o referido artigo prevê que não se sujeitariam aos efeitos da recuperação judicial os créditos e garantias cedulares de CPR com liquidação física e/ou barter, pois nestes casos, em que houve antecipação parcial ou integral do preço ou troca de insumos, o credor terá direito à restituição de tais bens.

Mas em um segundo momento, em sua parte final, o dispositivo é expresso ao reger que a não sujeição dos créditos ocorreria salvo motivo de caso fortuito ou força maior que venha a impedir o cumprimento parcial ou total da entrega do produto vinculado, vejamos:

No artigo 11 está claro que; não se sujeitarão aos efeitos da recuperação judicial os créditos e as garantias cedulares vinculados à CPR com liquidação física, em caso de antecipação parcial ou integral do preço, ou, ainda, representativa de operação de troca por insumos (barter), subsistindo ao credor o direito à restituição de tais bens que se encontrarem em poder do emitente da cédula ou de qualquer terceiro, salvo motivo de caso

fortuito ou força maior que comprovadamente impeça o cumprimento parcial ou total da entrega do produto.

O cenário climático que o Mato Grosso amargou nesta última safra, sem sombra de dúvidas, caracteriza motivo de caso fortuito ou força maior que justifica reconhecer a CPR representativa de barter como sujeita aos efeitos da recuperação judicial, aliás, como determina o próprio texto que trouxe sua exclusão.

Assim, constatado o caso fortuito ou de força maior (crise hídrica pós plantio de safra 23/24), os créditos decorrentes de garantia cedular de CPR representativa de barter, quando constituídos em data anterior ao pedido de recuperação judicial em andamento, deverão também ser considerados como créditos concursais, por força do art. 49, Lei 11.101/05.

Tal providência se torna ainda mais relevante quando se observa que apesar do fato climático inferir uma péssima produtividade da commodity no estado de Mato Grosso, o preço do grão continua com uma tendência de queda, ocasionada pela produção recorde na América do Sul, em clara aplicação da lei de oferta e demanda.

O produtor rural em recuperação judicial está vivenciando uma situação ainda mais atípica, pois além da baixíssima produção de sua lavoura, o grão tem tendência de preço baixo, o que de fato impede o cumprimento parcial ou integral da entrega do produto vinculado à CPR.

Em breve o Poder Judiciário deverá se manifestar sobre o tema.

*GABRIEL COELHO CRUZ E SOUSA é advogado em Cuiabá/MT, associado do Grupo ERS, escritório especializado em Recuperação Judicial.



Jornal
IMPRESSO MT

FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
GEANDRÉ FRANK LATORRACA

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Rua Capitão Iporá, 101 - ANEXO A - Bairro: Pico do Amor - CEP: 78065090 - Cuiabá - MT
Telefone: 65 99696-6688

FACÇÕES CRIMINOSAS

O governador afirmou que é necessário haver mudanças nas leis, caso contrário, o trabalho da segurança pública será como "enxugar gelo"

Mauro defende combate mais rígido

Gilberto Leite



O governador Mauro Mendes disse que, devido às leis frouxas, a polícia prende e a justiça solta

Da Redação

Ao comentar sobre o crescimento das organizações criminosas no estado de Mato Grosso, o governador Mauro Mendes disse que é necessário haver mudanças nas leis, caso contrário, os trabalhos executados pela segurança pública é como "enxugar gelo". Mendes também cita que o crescimento das organizações criminosas no país é um dos maiores problemas enfrentado atualmente.

"Talvez seja um dos mais graves problemas que o Brasil enfrenta e talvez com pouca efetividade ao longo dos anos. Vamos reconhecer o meu esforço, de vários governadores e talvez do próprio governo federal, mas esse esforço está sendo em vão, essas organizações estão crescendo como um câncer em todo país. E esse câncer vai acabar virando uma metástase.

se. Hoje, todas as grandes cidades vivem essa realidade. Temos um dos líderes das grandes facções preso há quase 2 décadas e que está comandando lá de dentro da prisão a facção que continua crescendo", pontuou.

Por causa das leis frouxas, Mendes cita que a polícia prende e a justiça solta. "Prendemos um bandido com 300 kg de maconha e dois dias depois, ele está livre na audiência de custódia. E não é porque o juiz quer ou porque é bonzinho. É porque a lei é frouxa e acaba desestimulando a polícia", diz.

"Nosso sistema prisional está sucateado, são palavras do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Estamos fazendo um forte investimento em segurança pública, construindo muitas vagas nas prisões, zeramos o déficit penitenciário, investimos em tecnologia, investimos em po-

liciais e compramos tecnologia de ponta, mas isso não é suficiente. Estamos enxugando gelo porque a lei é ineficiente para combater esses criminosos e como eles estão atuando", lamentou.

Por fim, ele lembra que nos últimos 30 anos, os indicadores na segurança pública só pioraram. E, quem pode, se protege em condomínio fechado ou com carro blindado.

"Se a gente não combater de forma mais eficiente essa nova forma de crime organizado do país, lamentavelmente todo os esforços serão em vão. E nos últimos 30 anos, todos os indicadores de segurança pública mostra que todos pioraram. O cidadão está com medo, e tem medo de andar nas ruas. Quem pode, vai pra condomínio fechado e anda de carro blindado. E o criminoso perdeu o medo da polícia e do estado", analisou.

POLÊMICA DOS TRILHOS

Botelho chama VLT de "fictício" e defende BRT

Da Redação

Presidente da Assembleia Legislativa, o deputado estadual Eduardo Botelho (União) defendeu a implantação do BRT

em Cuiabá e chamou o "VLT Cuiabano", defendido pelo prefeito Emanuel Pinheiro (MDB), de "fictício". Ele disse ainda que esse discurso de VLT "só atrapalha".

"Eu acho que nós temos que entregar alguma coisa. Nós não podemos ficar nesses discursos que tem só atrapalhado. Nós temos que fazer alguma

entrega, seja ele BRT ou VLT. Mas tem que entregar. O BRT já está bem adiantado e andando, então vamos trabalhar com eles. Eu não sou contra o VLT, mas o VLT é algo que ainda está no fictício, não tem nada real e de concreto", disparou Bote-

lho, que é pré-candidato em Cuiabá.

O presidente da Assembleia disse ainda que o Parlamento irá se inteirar sobre a decisão do Ministério Público Estadual (MP), que recomendou ao Governo do Estado que aguarde 45 dias para que Prefeitu-

ra de Cuiabá analise os pedidos de autorizações e licenças, a exemplo do Relatório de Impacto de Trânsito (RIT) para dar início às obras do BRT na capital. "Iremos nos inteirar sobre o assunto para ver como está toda esta questão", comentou Botelho.

TAXA DE LIXO

Vereadores vão ao MP Estadual

Da Redação

Os vereadores Dilemário Alencar (Podemos) e Michelly Alencar (União Brasil) acionaram o Ministério Público do Estado (MP-MT) contra o reajuste de 300% da taxa de lixo em Cuiabá. Os documentos foram protocolados na manhã de quinta-feira, 18 de janeiro.

Os dois parlamentares acusam o prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) de impedir a discussão do assunto na Casa de Leis.

"Pontuação que o referido aumento ocorreu através de um decreto, sem a mínima discussão com a Câmara Municipal e sem a realização de uma audiência pública para ouvir os segmentos organizados da sociedade da nossa cidade", pontua Dilemário.

Michelly mencionou o mesmo ponto. "Como vem fazendo ordinariamente, o Executivo Municipal, em ato de total discricionariedade, de forma gatuna e astuciosa, "baixou" decreto que aumentou o valor da taxa de coleta de lixo no penúltimo dia útil do ano de 2023, onde os órgãos de fiscalização já se encontravam em regime de recesso frente à superlotação das festas de final de ano, de forma ardilosa e sorrateira, justamente para camuflar qualquer possibilidade de discussão acerca de tema tão importante e abusivo, pelos órgãos e agentes públicos fiscalizadores, com é o caso dessa subscritora".

A taxa de lixo está em vigor há menos de um ano na capital mato-

-grossense. Até dezembro de 2023, o contribuinte pagava R\$ 10,60, no caso de locais em que a coleta de lixo é realizada três vezes na semana. Já nos lugares em que o serviço é prestado seis vezes por semana, a taxa estava fixada no valor de R\$ 21,2.

Porém, com o reajuste publicado pelo prefeito, a primeira taxa saltou para R\$ 33,10 e a segunda para R\$ 66,2.

Outro argumento levantado por Dilemário diz respeito à discrepância do reajuste quando comparado à inflação oficial do país, fixada em 4,62% no ano de 2023.

Os dois parlamentares pedem que o MP adote as medidas cabíveis em busca de promover o cancelamento da nova taxa.

RINHA ELEITORAL

Fábio Garcia cutuca Botelho: entro com independência

Da Redação

O secretário-chefe da Casa Civil de Mato Grosso, Fábio Garcia (União), bastante seguro sobre sua vontade de disputar as eleições de 2024 para prefeito de Cuiabá, disse que, se ganhar a disputa, assume o cargo com "total independência e liberdade", pois não possui negócios com a Prefeitura.

Segundo ele, essa é a diferença entre ele e o também possível candidato, o deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), Eduardo Botelho (DEM).

Eduardo Botelho é irmão do empresário Rômulo Botelho, dono da União Transportes, empresa que atua no transporte coletivo da capital. "Eu não tenho vínculo nenhum com grupo político, também não tenho negócios com a prefeitura. Entro com a independência necessária para fazer mudanças. Diferente de quem entra e terá problemas, já que não tem independência. Se você tem contrato, há conflito de interesse claro", disse.

Ao ser questionado se ele se referia a Botelho, Garcia disse que todos poderiam verificar. O

presidente da ALMT era sócio do irmão, mas deixou a sociedade quando ingressou na política.

Sem um anúncio oficial de que concorrerá às eleições para prefeito em 2024, Garcia garantiu que sua vontade é também um sonho antigo. Por isso, segundo ele, o governador Mauro Mendes (UB) está ciente de sua posição. "Ele sabe de tudo que está acontecendo, pois temos um diálogo permanente. Nunca escondi isso de ninguém. Minha posição é bem consciente, assim como minha disposição, pois é um sonho meu", garantiu.

REUNIÃO EM BRASÍLIA

Prefeito e Emanuelzinho acertam detalhes do VLT

Da Redação

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro, e o deputado federal Emanuelzinho, ambos do MDB, participaram na quarta-feira, 17 de janeiro, de uma reunião entre as equipes técnicas da prefeitura e do Ministério das Cidades para acertar detalhes e adequações do projeto VLT Cuiabano. Conforme o gestor da capital, o modal foi incluso no Novo PAC Mobilidade Urbana e o custo da obra será de R\$ 4,9 bilhões.

"Saindo do Ministério das Cidades, antigo Ministério da Integra-

ção Nacional, onde tivemos uma reunião com os técnicos do Ministério e toda a nossa equipe técnica. Foi uma reunião fantástica e o VLT dá um passo muito importante para o sonho se tornar realidade. Fiquei ainda mais motivado com esse avanço e tenho certeza que nossa capital vai ser referência na implementação de um modal de transporte preparado para o futuro e alinhado com o progresso", disse Emanuel por meio de suas redes sociais.

Conforme o gestor da cidade, estiveram na reunião representante da Mobilidade Urbana, do Departamento de In-

fraestrutura e do setor de Fomento a Mobilidade Urbana. A reunião, conforme publicado pelo prefeito, é importante para que o projeto apresentado por Cuiabá atenda aos requisitos do Novo PAC Mobilidade Urbana.

O deputado Emanuelzinho ressaltou que as equipes técnicas do Ministério das Cidades e de Cuiabá irão se encontrar periodicamente para acompanhar os detalhes do projeto. "As equipes técnicas vão se encontrar periodicamente as equipes técnicas irão se encontrar mensalmente para ajustar todos detalhes técni-

cos porque a vontade do governo federal é que o VLT seja uma realidade em Cuiabá. E então, seguimos trabalhando pro Cuiabá e Mato Grosso", concluiu.

VLT CUIABANO - O novo projeto do VLT Cuiabano prevê a extensão do modal até o Distrito Industrial, no trecho Coxipó. Em comparação com o projeto original, que possuía 22.180 metros e 33 estações, a reestruturação proposta pelo município de Cuiabá aumentará o VLT para 23.125 metros, com três terminais de integração, uma estação de conexão e 32 estações de transbordo.

Gilberto Leite



Emanuel afirmou que o modal foi incluído no Novo PAC Mobilidade Urbana e o custo da obra será de R\$ 4,9 bilhões

LINHA CORTADA

Presidente da Assembleia diz que pode sustar decreto que retirou licença para construção de ferrovia, mas quer reunião para discutir traçado

Botelho cobra diálogo com a Rumo

Da Redação

O presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho (União), reclamou na quinta-feira, 11 de janeiro, da falta de diálogo dos diretores da empresa Rumo Logística com a Assembleia Legislativa e demais representantes da classe política. A falta de diálogo teria sido um dos motivos que levaram à assinatura do decreto legislativo que sustou a licença de instalação da Ferrovia de Integração Estadual em Rondonópolis, devido a uma mudança de traçado sem comunicação prévia.

Segundo Botelho, a Assembleia Legislativa tem interesse em reverter o decreto e liberar as obras da ferrovia, mas quer um diálogo com a diretoria da Rumo para resolver os problemas que surgiram nos últimos meses, como a falta de garantia de que a ferrovia chegará a Cuiabá e a mudança do traçado

em Rondonópolis, que agora passará próximo a bairros residenciais.

“Nós não queremos atrapalhar em nada. Nós sabemos que eles já têm um financiamento praticamente acertado para tudo isso. Um diretor da Rumo me ligou, dizendo que isso vai atrapalhar, e muito, todo o encaminhamento. Pode atrapalhar, inclusive, o financiamento deles e atrasar todo o cronograma de obra. Nós não queremos isso. Nós queremos que realmente resolva isso e nós estamos prontos para o diálogo”, afirmou.

Botelho explicou a Assembleia chegou a procurar interlocutores da empresa para uma conversa antes de elaborar o decreto legislativo, mas não conseguiu. Para agravar a situação, os deputados de Rondonópolis teriam dito que não há movimentação da Rumo para trazer a ferrovia para Cuiabá, o que inflamou os deputados da Baixada Cuiabana e foi a ‘gota d’água’ para



Botelho afirma que falta de diálogo foi fator preponderante para sustar licença ambiental da ferrovia

a aprovação do decreto legislativo.

“Um dos argumentos que o deputado Nininho usou para a gente aprovar isso aqui é que eles não têm nenhum

plano para chegar essa ferrovia em Cuiabá, e isso ajudou os deputados da Baixada Cuiabana a votar. Então, que eles venham aqui, se discuta com a Assembleia e

mostrem realmente o que eles estão pensando. E que se discuta essa questão de Rondonópolis, que precisa ser resolvida. É isso que nós queremos”, detalhou.

Botelho lembrou ainda que a diretoria da Rumo marcou presença constante na Assembleia quando precisou do apoio dos deputados para aprovar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que liberou a concessão da ferrovia por meio de autorização. Após a aprovação, os diretores teriam cortado todas as formas de contato.

“Depois que nós aprovamos tudo, fizemos a PEC, [...] criamos todas as condições para eles, eles ignoraram o Parlamento, nunca mais vieram conversar. Não teve mais diretor para atender a gente. A gente ligava, eu lixei várias vezes, não conseguia mais contato com eles. Eu quero a garantia de que a ferrovia vai chegar até aqui e que se resolva esse impasse em Rondonópolis, que é um impasse que pode ser resolvido facilmente, num diálogo com a Assembleia”, concluiu.

LÍDER NAS PESQUISAS

“Saída de Botelho seria um risco para o União”



Gilberto Leite

Segundo Jayme, Botelho e Mauro devem ter uma reunião por volta do dia 20, para debater candidatura

Da Redação

O senador Jayme Campos, que é vice-presidente do diretório estadual do União Brasil (UB), torce para que o presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho, permaneça no partido, caso contrário, a saída dele poderá ser um risco ao partido.

“Torço para que ele possa continuar no União Brasil, obviamente dentro de uma composição que não ninguém saia insatisfeito. E como também temos outro candidato com a pretensão de disputar, o deputado federal Fábio Garcia, nós temos que ter paciência e discutir.

A conversa está sendo feita entre Botelho e o governador Mauro Mendes e outros deputados que tiveram na última sexta-feira, me parece que a conversa foi muito saudável. Sobretudo houve avanços e essa é a garantia de que poderá continuar na União Brasil e ser o candidato oficial do partido na capital”, conta o senador.

Ele continua alertando que a saída de Botelho do UB seria um risco. “É um risco. Eu acho que é por falta de habilidade de espírito, de companheirismo, né?! Que chegamos ao ordenar com o mundo todo próximo, precisamos

ser vitoriosos”, comentou ele.

Jayme falou também que o governador Mauro Mendes e o deputado Eduardo Botelho terão outra reunião após o dia 20 deste mês, data em que retorna de sua viagem. “A informação que eu tenho é que o governador chegando da viagem vai decidir, e tem apenas duas saídas, uma é ele [Botelho] continuar no União Brasil, com a segurança da sua candidatura a prefeito de Cuiabá, e a segunda é Mauro dar a ele a liberação do partido”, acrescentou.

Em relação ao PSD, que após pedido do presidente Lula, decidiu

apoiar a candidatura de um nome da Federação Brasil da Esperança (PT, PV e PCdoB), Jayme cita que ele não era o único partido para o presidente da ALMT migrar.

“O Botelho tem outras opções, no PP, MDB ou no novo PRD que está à disposição do Botelho. Nós temos que respeitar esse compromisso que ele teve com o Fábio Garcia. Todavia, os companheiros do União Brasil acham uma maior possibilidade de uma vitória em Cuiabá seria com o Botelho como candidato a prefeito, até pelo fato de que hoje as pesquisas dão a ele um número bastante razoável”, analisou.

GUERRA DOS MODAIS

Emanuel ameaça embargar início de obra do BRT

Da Redação

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), mandou o secretário de Ordem Pública, Leovaldo Sales, realizar uma “batida” nos trabalhos do consórcio responsável pela implan-

tação do BRT (Ônibus de Trânsito Rápido, na sigla em inglês) na capital. Na terça-feira, 16 de janeiro, o governo do Estado anunciou o início das obras no canteiro na Avenida do CPA.

No mesmo dia, Emanuel estava em Brasília

para participar de reuniões para captação de recursos do PAC Mobilidade Urbana, na ordem de R\$ 4,9 bilhões, com o objetivo de construir o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) Cuiabano.

“Eu e o deputado federal Emanuelzinho fo-

mos chamados aqui e temos muitas agendas importantes, inclusive no Ministério das Cidades, avançando aí com o VLT Cuiabano. Essa ação do governo é desastrosa e desesperada. Eles estão vendo o avanço e a viabilidade da concretização do VLT cuiabano 100% com o apoio e recursos do governo federal, através do PAC mobilidade urbana. Então essa ação é precipitada de começar a mexer e para gerar um clima de que o BRT vai começar em Cuiabá. E não é nenhuma novidade, é uma missa encomendada. Então eu já determinei que o secretário Sales faça uma fiscalização porque Cuiabá tem normas, tem regras, tem leis e tem prefeito. Eles não vão passar por cima de Cuiabá”, avisou o gestor.

Conforme Emanuel, o consórcio deverá ter a obra embargada por falta de documentos obri-

gatórios que precisam ser emitidos pela própria Prefeitura de Cuiabá.

“Vai ser exigido toda a documentação necessária, as licenças necessárias, porque nós sabemos que eles não têm. Não tendo licença, como manda a lei... eles têm que ter porque, se não, a obra tem que ser embargada”, disse.

NOTIFICAÇÃO DO MP
Ainda na terça-feira, o Ministério Público de Mato Grosso notificou o Governo do Estado para que não comece as obras do BRT em Cuiabá até que sejam apresentadas as autorizações urbanísticas e de mobilidade previstas na legislação.

Na notificação recomendatória, a promotora Maria Fernanda Corrêa da Costa ressalta que, além do alvará de obras emitido pelo órgão municipal competente, serão necessárias também a aprovação do Relatório de Impacto de Trânsito (RIT) e a apresentação

de pareceres favoráveis emitidos pelos órgãos de proteção do patrimônio cultural relativos às obras nas imediações e entorno dos bens tombados. As exigências estão previstas na Lei Complementar Municipal nº 516/2022.

Conforme a promotora de Justiça, a Licença Ambiental de Instalação expedida pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) não supre as análises de adequação das técnicas e composições da obra pública aos requisitos da legislação urbanística e ao controle municipal sobre a paisagem urbana.

Segundo ela, na própria Licença Ambiental de Instalação nº 75798/2023, expedida pela Sema, consta a restrição de que “a Licença Ambiental não dispensa e nem substitui Alvará ou Certidão de qualquer natureza exigida pela Legislação Federal, Estadual e Municipal”.



Gilberto Leite

Conforme Emanuel, o consórcio deverá ter a obra embargada por falta de documentos obrigatórios

ESTRADA PARA CHAPADA

Líder do governo acredita que valor reservado pelos deputados não será suficiente para construir nova rodovia e vê dificuldades na MT-030

Dilmar: R\$ 50 mi não é suficiente

Da Redação

Líder do governo na Assembleia Legislativa, o deputado estadual Dilmar Dal'Busco (União) acredita que o recurso de R\$ 50 milhões aprovado pelos deputados no início do ano dentro da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) não será suficiente para realizar as obras de implantação da MT-030, rodovia que ligará Cuiabá a Chapada dos Guimarães por um trajeto mais curto.

Conforme o projeto aprovado pelos deputados, R\$ 15 milhões deverão ser investidos no projeto executivo da rodovia e outros R\$ 35 milhões estão reservados para que o governo possa dar início às obras ainda este ano.

"A opção da MT-030, mesmo que nós decidíssemos fazer, ela não sai agora, não ia resolver o problema [de imediato] principalmente no período da chuva. Então, eu vejo que é um problema. E a Assembleia aprovou dois orçamentos, de R\$ 15 milhões para iniciar as tratativas do projeto para que se possa fazer

o processo licitatório e tudo para que depois, os R\$ 35 milhões usar para obras. Eu vejo com dificuldade, porque os R\$ 35 milhões são para início e o governo lá na frente, terá que fazer acréscimo de orçamento, vai ter que fazer transposição, transferência desse recurso que nós aprovamos na Assembleia", diz o parlamentar.

O deputado estadual Ondanir Bortolini, o Nininho (PSD), lembra que após a reserva desses valores na Lei Orçamentária Anual (LOA), o governo será obrigado a iniciar esse projeto.

"É obrigatório. E a obra terá que se iniciar em 2024. Se Deus quiser vai iniciar e nós vamos cobrar e vai ocorrer", afirmou.

ALTERNATIVA - Durante uma reunião de quase três horas na segunda-feira (15), o senador Wellington Fagundes (PL) e o prefeito de Chapada dos Guimarães, Osmar Froner (MDB), discutiram com o governador Mauro Mendes (União) as medidas emergenciais que devem ser tomadas para liberação do tráfego na MT-251, que liga Cuiabá

à cidade turística, com as obras no trecho do Portão do Inferno. Veja vídeos abaixo.

"Ali tem os estudos e caminham para dois caminhos: um seria a construção de um túnel ou até uma ponte. Tudo isso será decidido pela área técnica. O governador convidou o secretário Marcelo Padeiro hoje para tratar sobre esse assunto", explicou o senador. Fagundes também falou sobre a licença ambiental da rodovia que já foi solicitada novamente junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

"Hoje eu solicitei o pedido e vamos aguardar. Espero que seja [liberado] o mais rápido possível para que a Secretaria de Infraestrutura do Estado - Sinfra continue realizando os trabalhos na contenção emergencial. Conversamos bastante com o governador [Mauro Mendes] mostrando a situação crítica e por isso precisa de uma atenção diuturna para que a cidade não fique ilhada", pontuou.

O senador garantiu que serão realizadas



Dilmar Dal Bosco vê dificuldade para implantação da MT-030 e diz que recursos não são suficientes

obras de drenagem na Praça Dom Wunibaldo e a construção de cobertura na Rua Quinco Caldas, que alaga em decorrência das fortes chuvas.

Outra medida a ser tomada é com relação a MT-246 - rodovia que liga o distrito da Água Fria até o Manso. Conforme o prefeito de Chapada, o governo vai acelerar a entrega da obra. "Tem uma ordem de

serviço para pavimentação de 33 km, e que era para 18 meses, mas que será feito abaixo de 10 meses. O Marcelo Padeiro vai ver o cronograma financeiro para poder adiantar essa obra", disse Osmar Froner.

O governo estadual não tomou medidas de contenção imediatas após os deslizamentos, pois precisava da autorização do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que administra o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães. No entanto, o ICMBio concedeu a autorização na última segunda-feira, 8, e descobriu-se que o governo do Estado deixou a licença do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) vencer desde 2023.

DOM AQUINO

MT-453 impulsionará o agro e o turismo, diz Max

Da redação

A pavimentação do trecho de 80 km da MT-453, que conecta Dom Aquino à BR-070, é um marco crucial para a infraestrutura viária da região, trazendo expectativas positivas para produtores rurais e a comunidade local. A iniciativa, liderada pelo governo do estado, ganhou destaque através da articulação do deputado Max Russi (PSB).

A MT-453, anteriormente caracterizada por suas condições precárias de trafegabilidade, repletas de crateras e atoleiros decorrentes das chuvas sazonais, estava há anos na lista de demandas essenciais para

o desenvolvimento regional.

O empresário Vilmar Franzer, proprietário da Água Mineral Puríssima, destaca o empenho do deputado Max Russi para a execução desse projeto. "O deputado Max se dedicou intensamente, juntamente ao governador, para convencê-lo da importância estratégica dessa rodovia", ressalta.

Para o empresariado local, representado por Franzer, a pavimentação não apenas representa uma melhoria no escoamento da produção, mas também se traduz em ganhos substanciais para os moradores que utilizam a via diariamente.

A vereadora Natália Lopes (PSB), de Dom Aquino, está otimista em relação aos reflexos positivos que o asfalto trará. "Essa é uma demanda antiga de todos nós, e Max uniu forças, acompanhando de perto o progresso das obras. Com essa via pavimentada, teremos menos prejuízos à produção e um impulso na arrecadação de impostos estaduais", destaca.

Max Russi lembra da relevância estratégica da localidade, integrante do Vale do São Lourenço, que proporciona acesso a diversas fontes mineiras e ostenta um forte potencial turístico.

"Sem dúvida, essa pavimentação vai po-

tencializar a região em todos os aspectos, reduzindo distâncias, transformando a logística e proporcionando segurança e alívio para aqueles que transitam pela via. Após anos de espera, nosso pedido ao governador Mauro Mendes está sendo atendido", enfatiza o parlamentar.

A conclusão das obras na MT-453 não apenas deve transformar a realidade logística da região, mas também abre portas para o fortalecimento da economia local, consolidando-se como um passo significativo na trajetória de desenvolvimento de Dom Aquino e arredores.



Russi lembra da relevância estratégica da via, que proporciona acesso a fontes mineiras e tem potencial turístico

"NOMES FORTES"

Mauro vê disputa fácil para o União em Cuiabá



Da Redação

O governador Mauro Mendes (UB) reconheceu na segunda-feira, 15 de janeiro, que o seu partido vive uma "briga" interna entre o presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho, e deputado federal Fábio Garcia. Ambos querem ser o nome do União Brasil para disputar a Prefeitura de Cuiabá e não aceitam desistir da disputa.

Apesar de reconhecer essa divisão interna, o governador afirmou que seu partido tem "grande chance" de vencer a eleição em Cuiabá, independente do nome que escolher para representá-lo no pleito.

"Na nossa capital, vamos ter uma polarização e a briga hoje está

dentro do meu partido, porque temos dois bons candidatos disputando a inscrição do partido, porque temos uma grande chance, com muito trabalho, de fazer o prefeito da capital", afirmou o líder do União Brasil, durante entrevista à rádio Jovem Pan.

Mendes lamentou que, nas últimas eleições, os temas de interesse dos cidadãos não tenham discutidos com profundidade devido à polarização entre "esquerda e direita". Em sua avaliação, essa simplificação deixa o debate superficial e não ajuda a resolver os problemas que afetam o cotidiano.

"Fico triste com o tema de discussão na política brasileira, que são superficiais, não tem profundidade aquilo que

interessa o cidadão e em resolver os graves problemas que as cidades têm. Os grandes temas não foram discutidos [na última eleição, por exemplo], resolver a violência, o crescimento das organizações criminosas ou a falta de infraestrutura. Esses assuntos não foram discutidos com profundidade e seriedade", disse.

Para Mendes, a eleição em Cuiabá também deve incorrer na mesma polarização entre direita e esquerda.

"Está começando o mesmo caminho. É mais direita, esquerda ou centro à direita. Como se isso pudesse resolver os problemas do nosso país", criticou.

ÚLTIMOS DIAS - Ainda nesta segunda-feira, 15, o deputado estadual

Dilmar Dal Bosco, secretário do União Brasil, afirmou que o partido deve se reunir nos próximos dias para colocar um ponto final no imbróglio envolvendo Botelho e Garcia. Segundo Dilmar, membros do partido devem conversar mais uma vez com o governador para tentar convencê-lo a 'abraçar' a candidatura de Botelho.

"Eu acho que tem que ser analisado. Nós temos dois candidatos, um deles tem que desistir", disse.

"Tivemos uma reunião esses dias com o governador, pedindo providência. Eu vejo que hoje o povo cuiabano praticamente tá definido o Botelho aí como novo prefeito ou que vai para o segundo turno", complementou.

Governador afirma que seu partido tem "grande chance" de vencer a eleição em Cuiabá

DE 2018 A 2023

Os crimes tiveram como vítima principal uma instituição que presta serviços de pagamentos, transferências de valores e portabilidade de salário

51 golpistas são denunciados

Gilberto Leite | Estádio Mato Grosso

Da redação

O Ministério Público Estadual (MP-MT), por meio do Grupo de Atuação de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), denunciou 51 pessoas envolvidas em um esquema de golpe da portabilidade, que desviou R\$ 21,5 milhões nos períodos entre 2018 e 2023, nas cidades de Cuiabá, Várzea Grande, Brasília, Ji-Paraná-RO e São Paulo-SP.

Todos eles foram denunciados por associação criminosa, estelionato eletrônico e lavagem de dinheiro. A Delegacia Especializada de Estelionato e Outras Fraudes de Cuiabá, acredita que exista outros possíveis agentes ainda não identificados que integraram organização criminosa.

Os crimes tiveram como vítima principal uma instituição que presta serviços de pagamentos, transferências de valores e portabilidade de salário, assim como diversos servidores públicos e outras pessoas que tiveram seus salários desviados para contas

falsas, criadas pelos golpistas.

Conforme a denúncia, o esquema funcionava com criação de contas na plataforma do Mercado Pago, utilizando indevidamente os dados pessoais dos reais beneficiários dos valores, bem como apresentando documentos falsificados e, ainda, realizavam a validação da conta, mediante fotografia pessoal "selfie", apresentando-se como se fossem os usuários/correntistas do serviço oferecido pela plataforma.

Durante análise financeira dos investigados, apurou-se que alguns líderes, entre eles, o suspeito Heitor Rocha Machado, movimentou o valor superior a R\$ 9 milhões. Vários dos investigados possuem antecedentes criminais.

"Estelionato mediante fraude eletrônica, causando à vítima Mercado Pago prejuízo em torno de R\$ 23.542.771,31 (vinte e três milhões, quinhentos e quarenta e dois mil, setecentos e setenta e um reais e trinta e um centavos), de acordo Id. 134788727 - Pág. 174-175, visto que

a referida empresa arcou com toda a compensação de seus clientes, que foram vítimas da atuação da ORCRIM, conforme Relatório de Id. 134788727", consta no documento.

DENUNCIADOS:
ADRIANO JUNIOR MORAIS DA SILVA, ADEMIR GERONIMO DA ROCHA, ALCIM GOMES EVANGELISTA FILHO, ALEX VITOR DA SILVA, ALEXANDRE RODRIGUES DE PAULA, ANDRESSA ALLEN MORAIS DA SILVA, ANNDRELLA PEREIRA DA SILVA, BRUNA SOUZA DE JESUS, CLEITON SANTOS FERREIRA, CLEVERSON RIBEIRO OLIVEIRA, CLEY RUBENS RODRIGUES DA CRUZ, COSME NETO SANTANA, DAMIÃO NETO SANTANA, DANIEL ALVES PEREIRA, DAVID MATHEUS RIBEIRO DOS SANTOS, DOUGLAS LEONARDO MACIEL, DOUGLAS MENEGOTTO LIMA, EIDIANE ALMEIDA SOUZA DUARTE, EMERSON CARLOS DA SILVA PINTO, EMELLY LUANA DA SILVA, HEITOR ROCHA MACHADO, HUGO GUILHERME NEDEL, HYALEN ROCHA MACHADO,



Os crimes tiveram como vítima principal uma instituição que presta serviços de pagamentos, transferências de valores e portabilidade de salário

IRES RIANE RODRIGUES DO CARMO, ISABELA CRISTINA CASSIANO, JOSE VICTOR DE LANA SINIKVICZ, JOSÉ DEODATO CORREIA JUNIOR, JUSCILAINE DA SILVA MALHEIROS, JÚLIA DE ALMEIDA MARINHO, LAURICIO BARBOSA DA SILVA, LEANDRO ROMARIO RAMOS DE MOURA, LETICIA CRISTINA SOUZA CORREA, MARIA EDUARDA SAN-

TOS SILVA, MARLY DA SILVA RODRIGUES, MICHELLE FERNANDA ALMEIDA DOS SANTOS, MILLAINY MENDES DE LIMA, MILLENY MENDES DE LIMA, RAFAEL JUNIOR NAZARIO DE SIQUEIRA, RAIZA PEREIRA DOS SANTOS, RAQUEL IASMIM MAURICIO DE SOUZA, REINIS REGIS DE SOUZA PASSOS MENDES RENAN CARLOS VITALINO, RENAN

DA SILVA BOMDESPACHO, RENATO EDUARDO LUDWIG ESTEVO, RODRIGO BEZERRA PEGORARO, SUELEN ADAMES DE OLIVEIRA, THAYNARA SANTIAGO DA SILVA, THAYS OLIVEIRA DA SILVA SOARES, VINICIUS NASCIMENTO DOS SANTOS PEREIRA, WENDER ROSSANI BEZERRA e WILLIAN CESAR FIGUEIREDO CAVALHEIRO.

Luiz Alves/Secom Cuiabá



A suspensão teve como fator determinante o descumprimento de artigos da lei que instituiu a cobrança

ALTA DE 200%

Procon suspende cobrança da taxa de lixo em Cuiabá após aumento

Da Redação

A cobrança da taxa de lixo em Cuiabá está suspensa por determinação do Serviço de Proteção ao Consumidor (Procon-MT). O anúncio foi feito pelo chefe da Casa Civil de Mato Grosso, Fabio Garcia, que nesta segunda-feira (22) esteve na sede do órgão para tratar do assunto. De acordo com ele, o próximo passo é lutar para que a cobrança aos cuiabanos seja extinta definitivamente.

A suspensão teve como fator determinante o descumprimento, por parte da gestão do prefeito Emanuel Pinheiro (MDB), de artigos da lei que instituiu a cobrança. O principal deles era a possibilidade, por parte do consu-

midor, de optar pela cobrança da taxa na fatura dos serviços de fornecimento de água ou de forma separada, o que não ocorreu.

"Começamos a semana com uma boa notícia. Isso porque o PROCON já determinou a suspensão da cobrança abusiva da taxa de lixo. A suspensão foi determinada por dois motivos, primeiro pela abusividade da cobrança e segundo por vir junto da fatura de água, o que é ilegal", destacou Garcia após a reunião.

Secretária-adjunta de Proteção e Defesa dos Direitos de Consumidor, Márcia Conceição dos Santos salientou que Águas Cuiabá, concessionária dos serviços de água e esgoto da capital, já está proibida de fazer

a cobrança da taxa junto da fatura emitida por ela. "Isso prejudica o consumidor".

O aumento da taxa, que ultrapassou os 200%, foi classificado por Fabio como mais um atestado de má gestão e uma tentativa de Pinheiro em transferir para a população a conta de uma administração muito ruim.

"A má gestão de Emanuel gerou um rombo de mais de R\$ 1,7 bilhão nos cofres públicos. E mesmo gastando muito mais do que arrecada, a prefeitura deixou a cidade abandonada, esburacada, suja e com graves problemas em todas as áreas. Depois de tudo isso, o prefeito tenta, mais uma vez, transferir a fatura da má gestão para o povo".

SOB PENA DE EMBARGO

Prefeitura notifica e dá prazo para Consórcio apresentar dados

Da redação

Fiscais da Ordem Pública de Cuiabá notificaram o Consórcio responsável pela realização das obras do BRT para que apresente uma série de documentos obrigatórios para dar início à implantação do modal na avenida do CPA. Os trabalhos começaram nas proximidades do Comando-Geral da Polícia Militar.

Os documentos exigidos são: licença ambiental, licença para remoção de terra e cópia do contrato da empresa que ganhou a licitação para a que a Secretaria tenha noção do tamanho

da obra. Futuramente também será exigido o alvará de obras.

"O Consórcio BRT já começa os serviços preliminares aqui nessa região fazendo a remoção de terra, fazendo a derrubada das casas, das edificações que foram desapropriadas e a prefeitura cumpre um dever administrativo de fazer a fiscalização. É a prefeitura, através dessa notificação ao responsável da empresa, exige a apresentação de alguns documentos que autoriza os serviços que estão sendo feitos aqui. A empresa vai ter 48 horas para apresentar esses

documentos e ela será notificada para apresentação deles. A ausência dessa documentação enseja em outras punições, como por exemplo, embargo de toda a obra", disse o titular da pasta, Leovaldo Sales.

Ele acrescenta que a partir do momento que começarem as edificações do projeto, será exigido o alvará de obras. "Hoje nós não vamos exigir o alvará de obras, até porque não tem nenhuma obra sendo realizada aqui, a não ser esse serviço preliminar. A partir do momento que começar a edificar alguma coisa, a legisla-

ção exige do Município a fiscalização a apresentação daquele que é fiscalizado do competente alvará de obras".

O secretário adianta ainda que a ausência desses documentos poderá acarretar em embargo total da obra. "A lei prevê as punições, como multa e embargo. E nós vamos fazer com que todo o dever do município seja cumprido integralmente, dentro da daquilo que a lei estabelece para nós, não queremos usurpar nenhum milímetro daquilo que a lei não nos autoriza", avisou ele.

Neste primeiro momento, o Consórcio

responsável pela obra trabalha no sistema de drenagem no canteiro central. Após a execução deste serviço, os trabalhos vão avançar para a construção da pista de concreto, incluindo a remoção da capa asfáltica e execução da terraplanagem.

Conforme o Consórcio, neste primeiro momento, está sendo realizada a drenagem no canteiro central. Após a execução deste serviço, os trabalhos vão avançar para a construção da pista de concreto, incluindo a remoção da capa asfáltica e execução da terraplanagem.

A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Sinfra-MT) informa que possui as licenças ambientais necessárias.

Conforme o projeto do modal, o Sistema BRT terá duas linhas. A primeira ligará o Terminal do CPA, que será construído próximo ao Comando-Geral da PM, até o Terminal de Várzea Grande, passando pelas avenidas do CPA, Tenente Coronel Duarte e 15 de Novembro. A segunda linha sairá do Terminal do Coxipó, próximo ao viaduto do Parque Cuiabá, chegando até o centro da capital.

CRISE NO CAMPO

Aprosoja contesta cálculos da Conab e aumenta previsão de perda para 9,56 milhões de toneladas de soja em relação à safra anterior

Quebra da safra deve chegar a 21%

Da redação

A safra de soja 2023/24 deve quebrar em 21%, aponta nova pesquisa da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT). A pesquisa contou com a participação de 1.003 propriedades, que cultivam mais de 1,7 milhão de hectares, ou 14,5% de toda a área destinada para a oleaginosa em MT.

A pesquisa aponta que a produção nessa safra deve ser de 35,75 milhões de toneladas, uma redução de 9,56 milhões de toneladas em relação à safra 2022/23, quando os sojicultores colheram 45,31 milhões de toneladas. O levantamento anterior, divulgado dia 19 de dezembro, apontava uma produção de 36,15 milhões de toneladas.

O levantamento da entidade contrapõe os números oficiais da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que mesmo diante de um

cenário de adversidade climática, ainda aponta uma "safra recorde" no Brasil, em 155,2 milhões de toneladas. Já para MT, a Conab estima uma produção de 40,2 milhões de toneladas.

Para o presidente Lucas Costa Beber, a imprecisão dos dados da Conab prejudica os produtores, pois os números repercutem no mercado, mesmo não refletindo a realidade do campo. Os dados oficiais também estão "na contramão" de outras consultorias, como a Pátria, que aponta 37,86 milhões de toneladas em MT e 143,18 milhões de toneladas em todo país.

"É preciso que a Conab atualize suas metodologias, porque não tem correspondido com nenhuma das empresas que fazem esse tipo de pesquisa e análise do campo no Brasil. Essa seria a melhor forma que o governo tem hoje de, inicialmente, ajudar os produtores de MT que é a região que mais sofre, a região Centro Oes-

te, e de todo o Brasil", afirma Lucas.

De acordo com a pesquisa da Aprosoja-MT, a produtividade média dos produtores na safra passada foi de 63,74 sacas por hectare e, na safra 2023/24, a produtividade média esperada é de 50,22 sacas, uma redução de 21,21%. Segundo Lucas, há relatos de produtividades de menos de 10 sacas em diversas regiões do estado.

A região com a menor produtividade média esperada é a Leste, com 48,41 sacas, seguida pela região Norte, com 50,24 sacas; região Oeste, com 50,46 sacas. Já a região com a melhor produtividade é a Sul, onde são esperadas 52,01 sacas por hectare. A pesquisa foi realizada entre os dias 5 e 11 de janeiro.

A Aprosoja-MT também consultou os dados de precipitação do Aprocima, projeto de monitoramento climático da Aprosoja-MT, entre agosto e dezembro de 2023. A região Norte é a com maior volume de



Pesquisa da Aprosoja aponta que a produção nessa safra deve ser de 35,75 milhões de toneladas de soja

chuvas acumulada, com 402 milímetros, seguida pela Sul, com 396 mm; região Leste, com 357 mm e Oeste, 335 mm.

Na próxima semana, a entidade inicia mais uma rodada do levantamento, já com informa-

ções mais detalhadas da colheita.

O presidente Lucas Costa Beber enfatiza também que é importante que os produtores participem ainda mais do trabalho, levando informações fidedignas

para o mercado e à sociedade.

"É importante que o máximo de produtor responda, para que a gente tenha uma precisão cada vez melhor e sempre com responsabilidade", conclui Lucas.

DESIGUALDADE NO BRASIL

FGV: mais ricos concentram cada vez mais renda

Ana Cristina Campos / ABR

Pesquisa do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibpe/FGV) com base no imposto de renda mostra que os mais ricos estão concentrando cada vez mais renda no Brasil.

Entre as evidências mais importantes da análise, destaca-se no período recente o crescimento da renda dos muito ricos a um ritmo duas a três vezes maior

do que a média registrada por 95% dos brasileiros. "O que, ao que tudo indica, a confirmar-se por estudos complementares, elevou o nível de concentração de renda no topo da pirâmide para um novo recorde histórico, depois de uma década de relativa estabilidade da desigualdade", diz a pesquisa.

O levantamento divide os estratos em o milésimo (0,1%) mais rico, o 1% mais rico, os 5% mais ricos e os 95%

restantes da população adulta (com 18 anos ou mais de idade). "E o que se vê é que, além dos mais ricos terem, em média, maior crescimento de renda do que a base da pirâmide, a performance é tanto maior quanto maior é o nível de riqueza", conclui o IBRE/FGV.

Ou seja, enquanto a maioria da população adulta teve um crescimento nominal médio de 33% em sua renda no período de cinco anos,

o crescimento foi ainda maior: 96%. Como resultado disso, a proporção do bolo apropriada pelos 1% mais ricos da sociedade brasileira cresceu de 20,4% para 23,7% entre 2017 e 2022, mais de quatro quintos dessa

concentração adicional de renda foi absorvida pelo milésimo mais rico, constituído por 153 mil adultos com renda média mensal de R\$ 441 mil em 2022.

Os resultados da análise com base nos dados do imposto de renda servem de alerta sobre o processo de reconcentração de renda no Brasil e sobre os vetores que mais contribuem para isso: os rendimentos isentos ou subtributados que se destacam como

fonte de remuneração principal entre os super ricos.

"Em resumo, ainda é cedo para avaliar se o aumento da concentração de renda no topo é fenômeno estrutural ou conjuntural, mas as evidências reunidas reforçam a necessidade de revisão das isenções tributárias atualmente concedidas pela legislação e que beneficiam especialmente os mais ricos", finaliza Ibpe/FGV.

LÍDER NACIONAL

MT registra alta de 14,4% no abate

Da redação

Mato Grosso abateu 6,1 milhões de bovinos em 2023, o que representa um aumento de 14,4% em relação a 2022, segundo dados do Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso (Indea), órgão responsável pela certificação sanitária de origem que garante a competitividade para o setor agropecuario e a qualidade da carne produzida no Estado.

A pecuária de corte é uma das principais atividades econômicas de Mato Grosso, o que coloca o estado como líder nacional no segmento, com o maior rebanho bovino do Brasil, de 34,4 milhões de cabeças.

Com a larga escala de produção, o abate também tem crescido nos últimos anos. Em 2021, foram abatidas 5,13 cabeças de gado, e no ano seguinte, 5,33 milhões.

O secretário-adjunto de Investimentos e Agronegócio da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico (Sedec), Anderson Lombardi, afirmou que o setor voltou a reerguer com a ajuda do Estado após a pandemia.

"O Governo do Estado colocou a mão para ajudar o setor gerando aumento

de produção, consequentemente um aumento de valores agregados nos produtos primários, empregos e renda. O setor passou por dificuldades as quais foram agravadas na pandemia, época em que a comercialização ficou travada. Diante disso, o Estado melhorou os benefícios fiscais da indústria para estimular a recuperação", destacou.

Cáceres é o Estado que mais produz bovinos para o abate. Das mais de 6 milhões abatidas no ano passado, 244,7 mil são do município.

No ranking dos 10 maiores produtores de carne de corte, aparecem seguido de Cáceres: Tangará da Serra, com 236,3 mil cabeças; Vila Bela da Santíssima Trindade, 222,9 mil; Pontes e Lacerda, 185,3 mil; Brasnorte, 153,7 mil; Juara, 153,4 mil; Alta Floresta, 134 mil; Colíder, 133,7 mil, e Campo Novo do Parecis, 130,8 mil.

O cumprimento das exigências sanitárias pelos estabelecimentos rurais é acompanhado e exigido pelo Indea, que emite a Guia de Trânsito Animal (GTA), documento obrigatório para a movimentação de animais, inclusive para abate.

O coordenador de Defesa Sanitária Animal do Indea, João Marcelo Nés-

poli, explicou que a certificação sanitária é condição fundamental para atingir os mercados mais exigentes e Mato Grosso é reconhecido pela Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA) com risco insignificante para Doença da Vaca Louca, livre de febre com vacinação e a caminho do reconhecimento internacional de livre sem vacinação em 2025.

"As nossas Unidades Veterinárias presentes em todos os municípios, exceto São Pedro da Cipa, certificam a não ocorrência destas doenças e outras exóticas e de notificação obrigatória listadas pela OMSA. Além disso estão em fase de controle outras doenças dos bovinos como brucelose, tuberculose e raiva", pontuou.

PROCESSAMENTO DE COURO - Mato Grosso também é o estado que recebe peças de couro cru para processamento em relação a outros estados, sendo responsável por 18,0% da participação nacional, seguido por Mato Grosso do Sul (12,6%) e São Paulo (11,2%), de acordo com informações divulgadas em dezembro do ano passado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Estamos no mercado desde 1991 atuando no ramo vidreiro. Nosso maior prioridade é a satisfação de nossos clientes, buscando cada vez mais a excelência em nossos produtos e qualificando nossos profissionais.

Esquadrias de ALUMINÍO

SERRALHERIA COMPLETA
Máquinas de última geração

LINHAS:	CORES:
☉ Suprema	☉ Bronze
☉ Gold	☉ Branco
☉ 30 Infinite	☉ Prata Fosco
☉ 42 Reforçada	☉ Amadeirado
	☉ Preto

Vidraçaria & Serralheria

Todos os nossos produtos são fabricados com equipamentos de última geração e com a mais alta tecnologia. A utilização de matéria prima da melhor qualidade garante a durabilidade dos nossos produtos.

NOSSOS PRODUTOS

- ☉ Envidraçamento de Socadas
- ☉ Coberturas de Vidro
- ☉ Box para Banheiro
- ☉ Guarda-Corpo de Vidro
- ☉ Espelhos
- ☉ Esquadrias de Alumínio
- ☉ E muito mais...

Fale Conosco
(65) 3642-3344
Ligue agora!

Av. Gonçalo Antunes de Barros, 285
Bosque da Saúde, Cuiabá - MT, 78050-175
www.casadosvidrosmt.com.br

SETOR OTIMISTA

A compra de materiais escolares deve movimentar cerca de R\$240 milhões nos pequenos negócios, segundo pesquisa do Sebrae-MT

Volta às aulas aquece comércio local

Da redação

O retorno às aulas em 2024 promete aquecer o comércio em Mato Grosso, com pais e responsáveis movimentando aproximadamente R\$240 milhões no comércio local. Segundo pesquisa do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Mato Grosso (Sebrae/MT), quase 60% dos consumidores planejam realizar suas compras entre o final de janeiro e a semana que antecede o início das aulas.

O comércio de rua desponta como a preferência de 89% dos entrevistados, que têm uma média de gastos estimada em R\$290 durante as compras. A gestora de Pesquisas Temáticas do Núcleo de Inteligência de Mercado do Sebrae/MT, Jaqueline Trentino, destaca a importância desse período para o comércio local e ressalta a necessidade de preparo dos comerciantes para aproveitar as oportunidades.

"Vemos como um ponto positivo a intenção da maioria dos con-

sumidores em comprar no comércio de rua, pois é nele que estão concentrados a maior parte dos pequenos negócios. Porém, os bons resultados dependerão do preparo dos comerciantes e atrativos para fisgar os clientes, dentro de um ambiente competitivo que são as ruas. Promoções, descontos, parcelamento sem juros e produtos de qualidade, poderão ser os principais diferenciais", destaca Jaqueline.

A pesquisa revela que o preço (35%) e a qualidade dos produtos (33%) são os principais critérios para a escolha do material escolar, somando 68% das preferências. Promoções e descontos (22%) também desempenham um papel significativo na decisão de compra, enquanto a marca influencia apenas 5% dos consumidores.

Na busca por economia, 88% dos entrevistados afirmam que pretendem economizar na compra do material escolar. Dentre as estratégias mencionadas, 37% dos responsáveis pla-



Gilberto Leite

O comércio de rua deve ser a preferência de 89% dos entrevistados, que devem gastar em média R\$290 na hora das compras

nejam realizar pesquisa de preço, 30% optarão pela reutilização do material do ano anterior, 16% comprarão parcialmente o material, e 5% consideram a compra de livros usados.

Jaqueline Trentino ressalta a importância do planejamento financeiro

e destaca que 68% dos mato-grossenses planejam pagar à vista. "O planejamento financeiro também é um ponto forte para pleitear mais descontos. A maioria dos entrevistados já contava com o gasto no início do ano e se prepararam financeiramente para ga-

rantir o melhor preço na compra dos materiais", aponta a gestora.

A pesquisa, intitulada "Intenção de compras para o período de volta às aulas de 2024", contou com uma amostra de 484 pessoas, com entrevistas realizadas entre os dias 21 de novembro e

08 de dezembro de 2023, via telefone. Com um índice de confiabilidade de 95%, foi considerado um erro amostral de 5%. O estudo visa auxiliar os donos de pequenos negócios a se prepararem para a demanda durante esse período movimentado no comércio.

PESOU NO BOLSO

Comer o "básico" ficou mais caro

Da Redação

Em meio às preocupações dos consumidores cuiabanos, o preço da cesta básica na capital mato-grossense continua sua escalada, atingindo o maior patamar desde maio do ano passado, segundo dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa e Análise da Fecomércio Mato Grosso (IPF-MT).

Na terceira semana de janeiro, a alta foi de 0,57%, elevando o custo médio dos alimentos essenciais para R\$ 775,07. Este é o quarto aumento consecutivo, destacando uma tendência que merece atenção. Dos 13 itens que compõem a cesta básica, apenas três registraram queda nesta semana, sendo a batata a de maior variação positiva.

Ela, que tem apresentado oitavo aumento seguido, lidera as altas com uma variação de 3,25% nesta semana. Com o atual valor de R\$ 9,64/kg, representa o pico histórico, superando em 28,31% os preços do mesmo período no ano anterior. Igor Cunha, superintendente da Fecomércio-MT, aponta para a diminuição da oferta do produto como um fator crucial, resultante do fim de safras, condições climáticas instáveis e quebras de safra.

Outro item em destaque é o óleo de soja, que também registrou seu oitavo aumento consecutivo, com uma variação de 1,81% nesta semana. Esse crescimento pode estar ligado à maior demanda por biodiesel e à perspectiva de diminuição da oferta de soja, devido à quebra de safra.



Ilustração | Gilberto Leite

A batata apresentou o oitavo aumento seguido, liderando as altas com uma variação de 3,25% nesta semana

O tomate, por sua vez, continua em ascensão, com uma alta de 1,83%, elevando o preço médio para R\$ 9,00/kg. Em comparação a 2023, o aumento chega a 7,81%. O Instituto de Pesquisa e Análise da Fecomércio Mato Grosso indica que a queda na oferta do produto, combinada ao aumento da demanda e menor produtividade, contribui para esse cenário.

Apesar dos consecutivos aumentos, o presidente da Fecomércio-MT, Wenceslau Júnior, destaca que o valor atual da cesta básica ainda é 3,20% inferior ao mesmo período do ano anterior, indicando uma condição favorável para o consumo das famílias. "A cesta básica na capital está há oito semanas seguidas com o preço menor que no mesmo período de 2023, isso é positivo, já que no longo

prazo o mantimento não perpetua em crescimento, pesando para o consumo das famílias."

Ao avaliarmos a variação anual, seis itens apresentam preços médios menores, com destaque para o óleo de soja e feijão, registrando quedas de -19,84% e -16,03%, respectivamente. Por outro lado, o arroz apresenta uma variação positiva significativa de 37,75%, seguido pela batata com 28,31%.

EVENTOS EM CUIABÁ

CEP movimentou mais de R\$ 24 milhões em 2023

Da redação

Em uma jornada intensa de eventos e inovação, o ano de 2023 moldou o presente e o futuro do Centro de Eventos do Pantanal (CEP), por meio do desenvolvimento econômico regional e até nacional gerado pelas atividades que movimentou todo o setor. Ao longo do ano, o espaço localizado em Cuiabá, capital mato-grossense, recebeu 285 eventos no qual reuniu cerca de 157 mil participantes, e destes, mais de 16 mil são de outras localidades.

De acordo com a análise do impacto econômico realizada pela equipe administrativa do CEP com base em cálculo da Embratur, esses eventos injetaram na economia local cerca de R\$ 24,6 milhões, que foram gastos em hospedagem, alimentação, transporte, compras e lazer. Além de movimentar a extensa cadeia de atividades, o empreendimento impactou significativamente a geração de empregos diretos e indiretos, visto que foram abertos mais de 5,5 mil novos postos de trabalhos diretos.

Como parte do Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas em Mato Grosso (Sebrae/MT), o CEP reflete o compromisso conjunto de impulsionar o crescimento sustentável no apoio ao empreendedorismo e ao fortalecimento do setor de eventos em Mato Grosso. O diretor de Administração e Finanças do Sebrae/MT, Roberto Dahmer, destaca a ascensão contínua no setor e a demanda robusta por eventos que impulsiona o mercado local.

"O destaque positivo foi a surpreendente quantidade de eventos realizados em 2023, e já temos uma agenda repleta para 2024. Este cenário é particularmente positivo, pois os eventos desempenham um papel crucial na geração de empregos,

tanto diretos quanto indiretos. O Centro de Eventos do Pantanal tem o orgulho de contribuir para a formação de empresas no setor, visto que muitas delas, após prestarem serviços para o Sebrae/MT se modernizaram e alcançaram padrões elevados. Inclusive, promovemos programas de desenvolvimento que contribuíram para o crescimento desses fornecedores", pontuou.

Há 12 anos gerenciando o local, Charles Padilha ressalta a importância transformadora que o Centro de Eventos do Pantanal representa para o cenário de eventos ao gerar oportunidades para desenvolver novas maneiras de prestar serviços e superar desafios.

"O Centro de Eventos do Pantanal desempenha um papel crucial na transformação da economia local, servindo como um catalisador para oportunidades de negócios e crescimento. Este espaço não é apenas uma arena para eventos, mas um epicentro de transformação, gerando empregos, renda e ampliando o networking. A importância vai além das transações comerciais; é um ambiente propício para a troca de conhecimento e informações, conectando participantes e empresários. Ao longo dos anos, inúmeras histórias de sucesso se entrelaçaram com este espaço, testemunhando sua influência duradoura na comunidade local", destaca Charles.

O trabalho e esforço empenhado para a realização dos eventos no Centro de Eventos do Pantanal resultou no maior reconhecimento do segmento por meio do 'Prêmio Jacaré de Prata'. A honraria foi concedida pelo 'Prêmio Caio 2023' - o "Oscar dos Eventos" no Brasil, na categoria 'Centro de Convenções de Pequeno e Médio Porte, na Região Centro Oeste e Norte'.

PUBLICIDADE LEGAL

ANUNCIE BALANÇOS,
EDITAIS E AVISOS.

(65) 99228-9990

ATAS • EDITAIS • BALANÇOS • EXTRAVIOS
• CONVOCAÇÕES • REGULAMENTOS
ESTATUTOS • AVISOS DE LICITAÇÕES...

PUBLICAR
PUBLICADOR E AGÊNCIA